



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

OFÍCIO SEI Nº 563/2021/ME

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Senhor Deputado
HUGO LEAL MELO DA SILVA
Relator Geral do Orçamento
Câmara dos Deputados - Anexo IV - Gabinete 631
70165-900 - Brasília - DF
dep.hugoleal@camara.leg.br

c/c

Senhora Senadora
ROSE DE FREITAS
Presidente Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO
Senado Federal Anexo 2 Ala Teotônio Vilela Gabinete 01
70165-900 - Brasília - DF
sen.rosedefreitas@senado.leg.br

Assunto: sugestão de alteração do PLOA-2022.

Referência: ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 19975.142901/2021-11.

Senhor Relator,

Cumprimentando-o cordialmente, apresento sugestão de alteração do Projeto de Lei Orçamentária de 2022 - PLOA 2022, Projeto de Lei - PL nº 019/2021-CN, tendo em vista a decisão do Presidente da República quanto à reestruturação de determinadas carreiras do Poder Executivo Federal. Ressalta-se que, para cumprimento da decisão, a Junta de Execução Orçamentária - JEO, de que trata o Decreto nº 9.884, de 27 de junho de 2019, em reunião realizada no dia 14 de dezembro de 2021, decidiu pela proposição do presente Ofício, no qual sugere a alocação dos valores não previstos originalmente no citado PL nº 019/2021-CN para a despesa de pessoal e encargos sociais.

Assim, para operacionalização da decisão acima descrita, sugere-se o acréscimo do montante de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais) na ação 0Z01 - Reserva de Contingência Fiscal - Primária, e R\$ 355.000.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco milhões de reais) na ação 0Z00 - Reserva de Contingência Fiscal - Financeira, ambas localizadas na unidade orçamentária 71101 - Recursos sob supervisão do Ministério da Economia - Encargos Financeiros da União.

Adicionalmente, também se faz necessária a inclusão da autorização para as reestruturações em questão no Anexo V do PL nº 019/2021-CN, para fins de cumprimento do art. 169 da Constituição, bem como arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), e dispositivos da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 - LDO 2022). Tais ajustes encontram-se no Anexo a esse Ofício.

Por fim, vale ressaltar que o acréscimo nas despesas primárias acima proposto, conforme decisão presidencial, deve estar compatível com as regras fiscais, notadamente as relativas à meta de resultado primário constante do Anexo de Metas Fiscais da LDO 2022, e aos limites relativos ao Novo Regime Fiscal, de que trata o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT. Nesse ponto, frisa-se a necessidade do cumprimento das alterações efetuadas pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021, como também a observância das modificações em discussão no âmbito da Proposta de Emenda Constitucional nº 46, atualmente em trâmite na Câmara dos Deputados.

Anexo:

I - ALTERAÇÃO DO ANEXO V DO PL Nº 019/2021-CN.

Atenciosamente,

PAULO GUEDES

Ministro de Estado da Economia

ANEXO I

ALTERAÇÃO DO ANEXO V DO PL N° 019/2021-CN

AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO, E O ART. 109, INCISO IV, DA LEI N° 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021 LDO-2022, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS PARA 2022

DISCRIMINAÇÃO	CRIAÇÃO	PROVIMENTO						
		DESPESA						
		QUANTIDADE NO EXERCÍCIO (9)			ANUALIZADA			
		PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL	PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL	
I. CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTOS DE CARGOS, FUNÇÕES e GRATIFICAÇÕES exceto reposição (1):								R\$ 1,00
.....								
II. ALTERAÇÃO DE ESTRUTURA DE CARREIRAS E AUMENTO DE REMUNERAÇÃO:								
.....								
2. Poder Executivo								
2.1.								
2.2. Limite destinado ao atendimento de PLs relativos a reestruturação e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do Poder Executivo								
		2.500.000.000	355.000.000	2.855.000.000	2.500.000.000	355.000.000	2.855.000.000	
.....								
(9) Detalhamento das programações orçamentárias em nível de Esfera/Órgão/Unidade/Funcional Programática/Ação/Subtítulo:								
Esfera/Órgão/Unidade/Funcional Programática/Ação/Localizador de Gasto							VALOR	
Reserva de Contingência Fiscal - Primária / Recursos para o Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição								
10.71101.99.999.0999.0Z01.0001 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia							4.153.155.206,00	
Reserva de Contingência - Financeira / CPSS Decorrente do Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição								
10.71101.99.999.0999.0Z00.0001 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia							624.769.798	



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Nunes Guedes**, **Ministro(a) de Estado da Economia**, em 16/12/2021, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21140582** e o código CRC **2320A4E6**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 5º andar - Plano Piloto
CEP 70.048-900 - Brasília/DF
+55 (61) 3412-2524 - e-mail gabinete.ministro@fazenda.gov.br

Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o processo nº 19975.142901/2021-11.

SEI nº 21140582